



**RESPOSTA AO ESCLARECIMENTO SEI - SAP.GAB/SAP.DCO/SAP.LCT**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2023**  
**EDITAL SEI Nº 0016408244/2023 - SAP.LCT**  
**ERRATA SEI Nº 0016966599/2023 - SAP.LCT**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição da alimentação escolar compreendendo a operacionalização, conservação dos equipamentos e o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários conforme especificações.

**Pedido de Esclarecimento 14 - Recebido em 26 de maio de 2023 às 12h35min.**

**Questionamento 14.1 :** "(...) É de pleno entendimento que a emissão de notas distintas pode ocorrer quantas forem necessárias, como já acontece em outros tantos municípios que já detém de refeições terceirizadas de mesmo objeto, visto a necessidade das prestações de contas, mas pelo entendimento legal e contábil, considerando o objeto do edital que envolve a venda de refeições prontas em sua essência principal, a natureza da nota deveria ser de venda e não de natureza serviços conforme exposto na resposta.

(...)Verifica-se, portanto que, se houver a exigência que uma das notas seja de natureza serviços, com recolhimento de ISSQN, ocasionará uma violação da legislação tributária, de modo que o vencedor da licitação estará sujeito a responder por infração fiscal perante a Receita Estadual e, ao mesmo tempo, recolherá tributos indevidamente aos cofres do Município de Joinville, já que não há incidência de ISSQN sobre a prestação objeto do edital. Desta forma, decorrentes do objeto da licitação, solicitamos análise técnica do tema junto aos departamentos Jurídico e Contábil da Prefeitura, sobre a emissão das notas fiscais ser de "venda" para o referido edital, conforme consolidação de entendimento na Súmula 163 do Superior Tribunal de Justiça."

**Resposta:** Conforme resposta da Secretaria de Educação, secretaria requisitante do processo licitatório, através do Memorando SEI nº0017101475/2023 - SED.URC: *"A redação do Edital (e anexos) em nada adentra a seara da questão suscitada pela empresa em seu pedido de esclarecimento a respeito do tipo de recolhimento de imposto sobre o serviço a ser prestado. Aliás, em nenhum momento está se entrando no mérito contábil da futura Contratada, apenas há a exigência que sejam emitidos dois documentos fiscais, um que individualize a questão de custos, diga-se aqui operacionais (serviços, que não englobam apenas a mão de obra de cozinheiras, mas dos demais serviços acessórios) e outra que individualize os gêneros alimentícios. A exigência aqui contida no Edital e Termo de Referência se dá em vistas da necessidade da prestação de contas aos órgãos competentes. Então a questão suscitada do tipo de nota a ser emitida ("venda" ou outra natureza), não é determinado no Termo de Referência (se ISSQN ou ICMS), cabendo a futura Contratada observar neste sentido a legislação aplicável a espécie, no qual aqui não cabe a Secretaria de Educação determinar, mesmo porque foge de sua seara. Pois o Edital (subitem 18.6.2) apenas trata o tema como "documentos fiscais distintos" e não há qualquer menção ou referência a natureza da emissão da Nota Fiscal que deva ser diferente entre as notas:*

**18.6.2 - O pagamento se dará pelo número total de pratos servidos (refeição e lanche) por mês de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora mediante apresentação de documentos fiscais distintos, sendo um de prestação de serviços e outro de gêneros alimentícios tendo em vista a necessidade da prestação de contas aos órgãos competentes, sendo que o valor total das duas notas fiscais deverá ser idêntico aquele resultante da soma de todas as refeições servidas no mês, multiplicado pelo preço unitário contratado; (grifo nosso)**

*Compete a futura contratada a junto a sua área contábil verificar o tipo de NF a ser emitida para o objeto da presente contratação.*

*Aliás, qualquer apontamento aqui neste sentido, ele pode ser alterado ao longo da execução do Contrato uma vez que a legislação pertinente também pode se alterar ao longo da execução do futuro Contrato."*

**Questionamento 14.2 :** “ (...) Quais as razões que estão sendo utilizados orçamentos/expirados em dezembro de 2022 para constituição do preço máximo do edital? Não houve novas cotações realizadas pelo Município a fim de realização de atualização de preços e validade da proposta? Diante do exposto, seguindo o Princípio da Razoabilidade e o fato que as cotações que perfazem o preço máximo do edital se encontram caducadas não mais condizente com a realidade atual, solicitamos que se realize novas cotações para serem utilizadas como parâmetro dos preços referenciais, considerando a necessidade da renovação das cotações junto ao processo.”

**Resposta:** Conforme resposta da Secretaria de Educação, secretaria requisitante do processo licitatório, através do Memorando SEI nº0017101475/2023 - SED.URC: *"Cumpra ressaltar de início que, para as contratações públicas, na modalidade pregão se faz necessária a estimativa de preços de seu(s) valor(es) médios. O que fora seguido no processo em questão. Pois bem, é nesta seara que reside a plausibilidade dos valores indicados como médios para a presente contratação. Vejamos.*

*A pesquisa de mercado junto a fornecedores é um dos parâmetros aceitos pela Lei como composição de preços, como as outras hipóteses (painéis de preços, contratações similares, etc), estas são utilizadas como ESTIMATIVAS para a composição do valor que irá para o certame licitatório e esta, aliás, é a prerrogativa da Lei: ESTIMATIVA.*

*Neste sentido inclusive é a redação da Lei nº 8.666/93, para apresentação da composição de preços:*

*Art. 40. [...]*

*§ 2º[...]*

*II - **orçamento estimado** em planilhas de quantitativos e preços unitários; (grifo nosso)*

*Dentro da esfera municipal, ao tempo da construção do presente processo, há a **Instrução Normativa nº 01/2021** da Secretaria de Administração e Planejamento, que dispõe sobre os processos de Certificado de Registro Cadastral - CRC, de cadastro de material e serviço, requisição de compras, de licitações e de contratações diretas, Atas de Registro de Preços - ARP, formalização de termos contratuais e suas alterações, bem como gestão e fiscalização dos contratos, no âmbito do Município de Joinville, que trata em mesmo sentido em diversos trechos:*

*Art. 31 [...]*

*§ 4º Serão utilizadas, como método para obtenção do **preço estimado**, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços,*

*§ 10 Para estabelecer o **valor estimado** máximo de contratação poderão ser utilizadas tabelas referenciadas e regulamentadas,[...]*

*[...]*

*§ 11 Para estabelecer o **valor estimado** máximo de contratação de bens e serviços [...]*

*§ 17 Deverá constar nos Orçamentos Planilhados, as seguintes informações, conforme modelo sugerido no Anexo III desta Instrução Normativa: [...]*

*IV-*

*método matemático aplicado para a definição do **valor estimado** nos termos do § 4º; (grifo nosso)*

*Ou seja, constata-se que, o intuito do legislador é que seja elaborado um valor médio para as licitações com base em valores estimados.*

*Nesse contexto, oportuno aqui trazer à baila a definição da palavra "estimativa", que pode ser extraída do dicionário Michaelis (disponível em: [https://michaelis.uol.com.br/palavra/Ex5X/estimativa/#:~:text=1%20C%C3%A1lculo%20aproximado%20de%20algo,ETIMOLOGIA%20fem%20de%20estimativo.\):](https://michaelis.uol.com.br/palavra/Ex5X/estimativa/#:~:text=1%20C%C3%A1lculo%20aproximado%20de%20algo,ETIMOLOGIA%20fem%20de%20estimativo.):)*

*1 Cálculo **aproximado** de algo; (grifo nosso)*

*Constata-se assim, que os valores não necessariamente precisam demonstrar o preço exato de mercado no momento do certame licitatório, mas que demonstrem uma estimativa de valor razoável e compatível com o mercado, para que este seja de interesse de possíveis fornecedores e haja competitividade e porque não ao final, economicidade aos cofres públicos.*

*Frise-se desde já, que não se constata que os valores médios da contratação estejam defasados em comparação para com o mercado de momento.*

*Corrobora este entendimento o fato de que, de regra, os fornecedores (de cotações para composição de preços) não revelam em suas propostas, antes da licitação, os preços que, de fato, irão propor durante o certame, pois não têm estímulo para tal. Assim, de antemão, os preços levantados em propostas comerciais preliminares tendem a ser maiores ou com diferenças maiores que as esperadas que os praticados nas condições de concorrência. (CORREA, Vera L. A. Licitações para aquisição de bens e serviços de informática. Jornadas de Estudos NDJ de Direito Administrativo, Boletim de Licitações e Contratos, ano XVIII, Maio, 2005, pp. 335- 344). Assim, os fornecedores, principalmente os acostumados a participar de licitações não fornecem cotações reais. O próprio TCU reconhece isso no*

Acórdão 2.149/2014, ao afirmar que os fornecedores não desejam revelar aos seus concorrentes os preços que estão dispostos a praticar no futuro certame licitatório.

A referência a IN nº 73/2020 no pedido de esclarecimento, é defasada, uma vez que sucedida pela IN nº 65/2021 SEGES, a qual traz em sua redação inclusive a prerrogativa de estimado fora do prazo estipulado, vejamos:

Art. 5º

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado [...]

Nota-se inclusive que há um equívoco de entendimento da empresa questionante quanto ao reajuste, esta visa balizar em uma de suas argumentações com base na data prevista para assinatura do contrato, entretanto, o reajuste terá como base a data de apresentação da proposta, conforme disposição do Edital (que são momentos distintos):

**16.4 - O valor do contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta pelo índice IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, na forma do art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.**

Novamente aqui, ressalta-se que, os valores dispostos do Edital não se encontram defasados e ainda representam os valores de mercado, e demonstram vantajosidade para a Administração Pública. A manutenção dos valores em um primeiro momento torna-se oportuno em observância aos princípios que devem nortear toda e qualquer contratação pública, neste caso em especial os princípios da eficiência, eficácia e economicidade. Ainda por oportuno constar que não há (a priori) motivos, justificativas fáticas suficientes que impossibilitem o certame licitatórios com os valores em questão.

Aliás, corrobora a manutenção dos valores comparando-se com contratos com objeto (muito) similar ao da presente contratação, os quais sejam, os contratos de alimentação escolar da Estado de Santa Catarina que podem ser consultados no presente link: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/alimentacao-escolar-2015-525/contratos-alimentacao-escolar>, e que aliás, a empresa ora questionante possui contrato (Termo de Contrato nº 051/2021), no qual temos os seguintes valores para as refeições:

PARÁGRAFO ÚNICO - São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação PE nº 186/2019 e seus anexos, os documentos, proposta e informações apresentadas pela Contratada que deram suporte ao julgamento do referido pregão, com o seguinte preço UNITÁRIO, por refeição servida - prato feito referente ao Lote 05

a) Refeição tipo lanche e refeição salgada: R\$2,81

b) Almoço: R\$3,62

c) Desjejum: R\$2,80

Mesmo que estes valores fossem atualizados com os índices (INPC) dispostos no Termo de Contrato não representaria diferença impactante a justificar que os valores da presente contratação não ainda representem valores de mercado."

**Renata da Silva Aragão**

**Pregoeira**

**Portaria 155/2023**

---

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -  
[www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

---

22.0.359853-5

0017123688v14